

## **Terra e conflitos na América Latina redemocratizada**

### **Land and conflicts in the redemocratized Latin American**

Arthur Zimmerman

Docente na Universidade Federal do ABC (UFABC)

E-mail: [artur.zimmerman@gmail.com](mailto:artur.zimmerman@gmail.com)

**Resumo:** A discussão da literatura sobre a relação entre a terra e conflito violento não foi promovida adequadamente pelos grupos de Toronto, Bern-Zurique e Oslo, que discutem, dentre outras questões, as motivações que geram tais beligerâncias, no âmbito dos *Estudos de Paz e Conflitos*. No entanto, a terra, motivo de desejo e disputa de muitos que compõe a base da população rural, têm consequências dramáticas, inclusive causando conflitos violentos, o que não é tratado pela academia. Países não desenvolvidos e em desenvolvimento, como os da América Latina, possuem uma das distribuições de terra mais desiguais do planeta. O *paper* busca, via análise quantitativa e estudos de caso de países selecionados, verificar semelhanças e diferenças entre os Estados da região, considerando a distribuição desigual de terra, a produção de energia ao invés de alimentos, e as aquisições de grandes extensões de terra por conglomerados internacionais. O período estudado considera o retorno à democracia destes países e a incompatibilidade do aumento de conflitos violentos no campo com a democracia.

**Palavras-chave:** desigualdade; América Latina; terra; conflitos violentos.

**Abstract:** The discussion of the literature on the relationship between land and violent conflict was not properly done by the groups of Toronto, Bern-Zurich and Oslo, and they left aside the motivations that generate such struggles, within the *Peace and Conflict Studies* academic field. However, land, desired by people that live on the countryside, have generated violent conflicts, which is not handled by the international discussion. Undeveloped or in development regions, such as Latin America, has the most unequal land distribution in the world. Through quantitative analysis and case studies, this paper discusses the unequal distribution of land, energy production vis-a-vis food production, and the acquisition of large tracts of land by international conglomerates. The democratic period in Latin American States is investigated to show the incompatibility of the increase in violent conflicts in the countryside with democracy.

**Keywords:** inequality; Latin America; land; violent conflicts.

## 1. Introdução

Neste artigo, pretendemos discutir o papel da terra no desencadeamento de conflitos violentos no campo em países da América Latina, que têm como atores assimétricos os camponeses, de um lado, e os grandes proprietários e/ou empresas envolvidas no agronegócio ou especulação financeira, de outro. Situado como intermediário, o Estado. Este último, responsável por promover reformas na tentativa de reduzir os conflitos agrários, garantindo em teoria as condições mínimas de subsistência e convivência harmônica da população como um todo.

A realidade do campo mudou nas últimas décadas e a(s) literatura(s) que trata(m) desse assunto ficou(aram) obsoleta(s). Nos anos 1950-60, várias universidades passaram a incorporar em seus currículos os *Estudos de Paz e Conflitos*, que antes estava restrito à informalidade, sendo discutido por estudantes, e posteriormente entrou em cursos das ciências sociais em universidades dos Estados Unidos<sup>1</sup> e alguns países da Escandinávia, como Suécia e Noruega<sup>2</sup>, com a real preocupação de entender como conflitos armados surgem nos vários cantos do globo, buscando soluções pacíficas ou mesmo prevenindo novos conflitos (Barash e Webel 2014).

Deu-se ênfase aos direitos humanos, à justiça social e à democracia como regime político que atende às demandas dos cidadãos e, com isso, diminui os riscos para conflitos armados. Dentre os mais conceituados e conhecidos periódicos que tratam incansavelmente da área de *Estudos de Paz e Conflitos*, estão o *Journal of Peace Research* e o *Journal of Conflict Resolution*. Há atualmente programas bem avaliados na temática em instituições espalhadas por vários continentes.

Nesta área de *Estudos de Paz e Conflitos*, onde discute-se as motivações que desencadeiam os conflitos, incorporamos a terra como objeto central de investigação, contornando a dicotomia escassez/abundância de terra, e trilhando o caminho da distribuição mais equânime, para escapar da crescente concentração de terras. Objetivamos, com isso, contribuir com a atualização do tema, trazendo questões relevantes como distribuição da terra (elemento amplamente discutido),

---

<sup>1</sup> A Yale University, no Estado de Connecticut é um exemplo, com o Workshop periódico intitulado *Order, Conflict and Violence*, criado por Stathis Kalyvas.

<sup>2</sup> Tanto a sueca Uppsala University (<http://www.uu.se/en/admissions/master/selma/program/?pKod=SFK2M>), como a norueguesa Oslo University (<http://www.uio.no/english/studies/programmes/peace-master/>) oferecem programas de pós-graduação em *Estudos da Paz e Conflitos*.

utilização de grandes áreas para produção de energia ao invés de alimentos, e aquisições de expressivas extensões de terra por conglomerados estrangeiros e/ou nacionais visando o lucro, e tendo outras finalidades que não o assentamento de famílias e prática da agricultura familiar, o que poderia reduzir a fome e a pobreza no campo.

Estes dois últimos assuntos apresentam deficiências nas discussões da academia brasileira, o que nos motivou a escrever e publicar sobre tais questões, em português e no Brasil. O intuito é iniciar, mesmo tardiamente, tais temas via ciências sociais e áreas próximas para um debate que, esperamos, se intensifique no futuro. Com isso, importante confirmar que há uma discussão no Brasil sobre a questão agrária, porém, ela se dá no campo da *Geografia Agrária* basicamente, e não incorpora a contribuição dos autores inseridos nos *Estudos de Paz e Conflitos* com o qual pretendemos dialogar.

Relevante frisar que tais questões, acompanhado da mudança para regimes democráticos, sinalizando o resgate da cidadania (inclusive) dos pobres, pressiona os Estados a suprirem as crescentes demandas dos grupos historicamente menos favorecidos. No entanto, as elites econômicas e políticas relutam em mudar o equilíbrio de forças, o que envolve muitos recursos e a alteração das prioridades anteriormente definidas. Portanto, a democracia se caracteriza mais pela obtenção dos direitos políticos, que não é proporcionalmente acompanhado pela garantia das liberdades civis.

Tal assunto será empiricamente testado, tanto via análise quantitativa como por estudos de caso em países da América Latina. Essa região apresenta consideráveis níveis de violência no campo, mesmo com mudança de regime para a democracia durante os anos 80 do século XX. Interessante verificar a histórica persistência deste fenômeno, que tinha oportunidade de transformação com a adoção do regime democrático e maior atendimento as demandas de populações locais. A desigualdade continua a ser peça-chave da questão agrária na América Latina, ainda que novos atores tenham se incorporado na problemática da distribuição da terra.

## **2. Discussão acadêmica sobre conflito violento e terra**

Nas duas últimas décadas, pesquisadores do campo de *Estudos da Paz e Conflitos*, principalmente os que fazem parte do Grupo de Toronto (liderado por Thomas Homer-Dixon), e

do Grupo de Bern-Zurique (também conhecido como Grupo Suiço, e liderado por Guenter Baechler) discutem a associação entre recursos naturais e conflitos violentos<sup>3</sup>. Os mais abordados nas discussões são os recursos não-renováveis como petróleo, gás natural, diamantes, ouro, e outros minerais<sup>4</sup>, que são escassos, valiosos e alguns deles podem produzir energia e crescimento econômico, dentre outros benefícios, apesar dos efeitos colaterais. Principalmente petróleo e gás natural estão chegando ao seu fim nos próximos anos ou décadas<sup>5</sup>, agravando-se por conta do crescimento populacional e aumento do consumo<sup>6</sup>. Não há suficiente para todos. Em se tratando de escassez, conflitos tendem a surgir, ainda mais quando corporações transnacionais e elites pressionam as minorias, aumentando a desigualdade e motivando a desobediência civil, quando há lideranças para mobilização das massas.

Adicionalmente aos dois grupos citados, o Grupo de Oslo também investiga variáveis ambientais e recursos naturais, tentando relacioná-los às guerras civis no mundo. Ele se difere do Grupo Bern-Zurique no uso de metodologia quantitativa, em contraste com o mais amplamente utilizado método qualitativo por meio da abordagem de estudos de caso. Dessa forma, o Grupo de Oslo entende que isso poderia evitar o viés de seleção não somente com estudos de caso de conflitos severos, como o que faz estes dois grupos (Gleditsch 1998). É metodologicamente relevante a comparação de casos violentos e não-violentos para entender suas diferenças.

Um dos problemas que os pesquisadores do Grupo de Oslo apresentam é que ele investiga primordialmente guerras civis, porém, não conflitos menos severos, mesmo que violentos, que é a situação mais comum a nível global. Especificamente nos países não-desenvolvidos ocorre vários episódios de agitação social, como manifestações violentas, ocupações de terra, disputas relacionadas à água, e comportamento coletivo violento similar. A terra pode estar em disputa e gerar violência, mesmo que não chegue ao clímax de uma guerra civil ou início de uma guerra interestatal, com ampla cobertura da mídia, produzindo muitas mortes, deslocamentos,

---

<sup>3</sup> O Grupo de Toronto conta com pesquisadores de instituições espalhadas pelo mundo que e que participam de três projetos de pesquisa liderados por Homer-Dixon, pesquisador da Universidade de Toronto que tratam de temas como mudança ambiental e conflito agudo, escassez ambiental, capacidade do Estado, e violência civil, além de meio-ambiente, população e segurança. O Grupo de Bern-Zurique, liderado por Gunther Bachler em conjunto com pesquisadores da *Swiss Peace Foundation* e do *Centre for Security Studies and Conflict Research* estudam temas relacionados ao meio-ambiente, segurança e conflito.

<sup>4</sup> Estes não são renováveis num prazo de longevidade humana.

<sup>5</sup> Há algumas novas descobertas em determinados países, porém, este é um recurso natural exaurível e eventualmente será substituído por novas fontes de energia quando consigam baratear seu valor e produzi-la em larga escala.

<sup>6</sup> O aumento do consumo inclui alteração de comportamento devido às mudanças climáticas, como calor ou frio extremos, incentivando a utilização de aquecedores e ar condicionado.

ferimentos, e resultados semelhantes. Os conflitos de baixa-intensidade são subinvestigados pela academia quando comparados às outras categorias mencionadas<sup>7</sup>. O campo das políticas públicas se beneficiariam disso, já que poucos trabalhos têm sido produzidos por estudiosos com o intuito de auxiliar os *policy makers* na redução de violência de disputas de terra e assuntos relacionados.

O sentido de arriscar vidas não condiz apenas à pegar em armas e entrar para a clandestinidade em situação de guerra civil, mas utilizando instrumentos de trabalho dos camponeses, como foices, e ocupando terra de outros proprietários, como ocorre diariamente em vários países em desenvolvimento<sup>8</sup>, como práticas de resistência. Os camponeses arriscariam suas vidas para receberem um pedaço de terra como recompensa (Lichbach 1994:384), provavelmente pressionando o Estado para efetuar uma reforma agrária abrangente, ou em casos extremos, tentando mudar a ordem das coisas independente do Estado, ou seja, pela força. De qualquer maneira, os *economistas morais*, como Scott, argumentariam que os camponeses, enquanto combatentes em rebeliões e revoluções são motivados pela falta ou perda do sustento imediato, e não movidos por um apelo ideológico, o qual pode ser deixado exclusivamente aos intelectuais, ativistas, ou membros de partido (Scott 1979).

Portanto, por esta abordagem, os camponeses querem primordialmente preservar suas vidas e subsistir. O mesmo pode ser relacionado aos conflitos de terra mais modestos<sup>9</sup> como ocupações de terra que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e vários outros movimentos sociais menos conhecidos realizam nas últimas décadas, com a mudança para o regime democrático. Os camponeses querem receber seus pedaços de terra<sup>10</sup>, e se entenderem que são parte de uma revolução socialista, ficariam surpresos, pois a intenção destes claramente não

---

<sup>7</sup> Somente poucas instituições de pesquisa, como *Uppsala Conflict Data Program*, na Suécia, produz dados para conflitos de menor intensidade com 25 ou mais vítimas anualmente (acesse <http://www.ucdp.uu.se/gpdatabase/search.php>).

<sup>8</sup> Um exemplo mencionado pode incluir o Brasil, na atualidade, onde somente nos últimos 30 anos, numa atmosfera democrática, mais de 1500 pessoas ligadas à terra foram vítimas e morreram em situação de disputas de terra (Zimerman 2012). A Colômbia, nos anos 70/80 do século XX também foi testemunha de muitas ocupações de terra, com vítimas (Grajales 2011).

<sup>9</sup> Modestos não no sentido da relevância, mas com número reduzido de vítimas fatais se comparado com guerras civis ou conflitos de grande porte, em que elevado número de mortes são resultantes do choque entre os lados em confronto, sendo o Estado uma das partes beligerantes.

<sup>10</sup> Neste ponto, há necessidade de esclarecer que a luta pela terra incorpora grupos bastante variados, tanto indo na direção de lotes individuais para camponeses membros de movimentos sociais que querem uma gleba para produzir e comercializar seus alimentos, como outros grupos que almejam um espaço conjunto e comunitário como índios e quilombolas, geralmente praticando agricultura de subsistência (Almeida 2008). Tantas diferenças entre os grupos fazem surgir uma quantidade grande de representações, como no Brasil, onde há cerca de 100 movimentos diferentes que lutam por reforma agrária (Zimerman 2016: 39-40, 49).

inclui a tomada do poder ou um golpe de Estado (Wright e Wolford 2003: 313), mas conquistar sua subsistência por meio de um pedaço de terra.

As abordagens por metodologias diferentes e complementares destes dois grupos que constituem a área de *Estudos da Paz e Conflitos* não incluíram a terra como recurso natural que pode levar a escalada da violência. E a contribuição deste *paper* está na inserção deste recurso como pólvora para explosão de conflitos armados, especialmente em países não desenvolvidos e em desenvolvimento.

A seguir, trataremos de analisar três temas que corroboram para o surgimento ou elevação do nível dos conflitos de terra: (a) a desigual distribuição, (b) sua utilização de grandes extensões para a produção de energia renovável, além das (c) aquisições de terra em larga escala por países ou empresas e conglomerados que, em geral, controlam o agronegócio e/ou especulam no mercado financeiro. Estes três itens estão interligados e correlacionam-se entre si de maneiras diferentes.

### 2.1. Terra e sua distribuição

A relevância da terra como recurso necessário ao sustento e subsistência dos moradores do campo é enorme. Com sua distribuição exacerbadamente assimétrica, e sem possibilidade de sustento, tal situação pode conduzir aos conflitos violentos a nível coletivo em regiões menos desenvolvidas, juntamente com outros indicadores<sup>11</sup>. A academia não realizou pesquisas substantivas nesse sentido, não tendo sido enfatizada a relação entre terra e conflitos violentos no campo em perspectiva comparada<sup>12</sup>.

Há uma diferença de percepção nas argumentações sobre os recursos naturais levarem à violência armada. Enquanto que os Grupos de Toronto e Bern-Zurique enfatizam a *escassez* de recursos naturais como motivador de conflitos, o de Oslo salienta que tal motivação origina-se da *abundância* de recursos naturais, já que os rebeldes necessitam de financiamento para sustentar a violência (sendo que tais recursos oriundos da terra, além de financiar conflitos, servem como

---

<sup>11</sup> O êxodo rural também é uma alternativa. Porém, geralmente isso apenas transfere o ônus à cidade, sem resolver o problema de fato.

<sup>12</sup> Quando nos referimos à abordagem empírica, somente estudos de caso foram realizados pelos Grupos de Toronto e de Bern-Zurique sobre recursos naturais, porém, não estudos comparativos e não muito sobre o tema diretamente relacionado à terra; e a pesquisa do Grupo de Oslo está baseado em bancos de dados grandes (*large-N datasets*), porém, este tema de alguma maneira foi negligenciado e/ou sub-investigado.

incentivo seletivo aos combatentes e demais participantes). De acordo à literatura quantitativa de guerras civis, países que possuem grande parte de sua economia baseada em receita de extração de recursos têm tendência a se envolver em conflitos armados, contrastando com países que diversificam sua produção e tem a economia originada de inúmeras atividades produtivas, incluindo as não-extrativistas (Le Billon 2001; Gilmore *et alli.* 2005; Koubi *et alli.* 2013). No entanto, a abundância que esse grupo se refere é geralmente localizada, e permanece escassa globalmente e, em muitos casos, nacionalmente.

Frequentemente, tais recursos estão concentrados numa região específica do país, usualmente na mesma em que grupos minoritários almejam independência via secessão (Buhaug e Lujala 2005). Mesmo com abundância local de recursos naturais, quando referimo-nos às massas de pessoas, principalmente em países pobres e em desenvolvimento, o problema central passa a ser a desigualdade na distribuição, e não a falta ou escassez *per se*.

A questão com recursos naturais abundantes localizados e divididos de maneira muito desigual nas sociedades em desenvolvimento é a abordagem que, em geral, estudiosos dão ao tema. Portanto, McCarthy e Wolford (2013) sugerem uma mudança na ênfase de *escassez* de recursos naturais que induz aos conflitos, para perspectiva de *segurança* quando se trata dessa temática, já que há recursos suficientes, e o principal problema é a distribuição dos mesmos, e em especial a terra. Nestas circunstâncias, onde massas empobrecidas em países de baixa-renda *per capita* necessitam de acesso à terra para subsistir, há casos como no Brasil, onde 1% dos proprietários de terra concentram em torno de 50% de terras aráveis (Wolford 2010), e centenas de milhares de camponeses não conseguem sobreviver com a pouca ou nenhuma terra que têm e são forçados a deixar o campo em direção aos centros urbanos ou permanecer em áreas rurais sem o mínimo necessário para uma vida decente. Portanto, tem havido um aumento de publicações que investigam questões ambientais no campo da segurança (Williams 2012: capítulo 21).

Kahl (2006) argumenta que o Estresse Demográfico e Ambiental<sup>13</sup> (DES) apresenta potencial para aumentar e aprofundar a insegurança inerente dos estados falidos, levando ocasionalmente ao acionamento de mecanismos de conflito ou ao agravamento do dilema de segurança entre grupos. Isso possibilita o desencadeamento da ação-reação, deixando as partes

---

<sup>13</sup> DES - *Demographic and Environmental Stress*, sigla em inglês – significa a combinação de um crescimento populacional rápido, degradação de recursos renováveis, e sua má-distribuição.

mais inseguras e vulneráveis do que antes. Em países onde as instituições são fracas e a democracia imatura, interesses escusos das elites ameaçam minorias e aprofundam as desigualdades, tudo em nome do lucro, no atual estágio do capitalismo desenfreado.

## *2.2. Fontes alternativas de energia*

Uma alternativa em termos energéticos ao petróleo, com formas renováveis por meio de reprodução biológica ou outros processos naturais recorrentes seria o biocombustível. Ele pode ser criado da cana-de-açúcar, como atualmente ocorre no Brasil (desde a crise do petróleo dos anos 70), ou por meio de outros produtos como milho (utilizado em larga-escala na produção do etanol nos Estados Unidos, ou misturando um percentual de biocombustível na gasolina ou diesel<sup>14</sup>), soja, óleo de palma, colza (*rapeseed*) e outras culturas. As vantagens de seu uso incluem a redução da emissão de gases de efeito estufa (menos poluição), e autonomia da produção interna face a dependência na importação dos países produtores de petróleo. No entanto, o cultivo da matéria-prima para combustíveis renováveis requer grandes extensões de terra, clima e solo adequados, podendo vir às custas de produção de comida, utilizando o solo intensivamente e causando sua degradação num prazo médio a longo de tempo, se inadequadamente utilizado. Isso seria consistente com o conceito de *DES* de Kahl, prejudicando o meio-ambiente, de outras maneiras. A concentração de terra que já se mostra elevada teria incentivo maior com tais produções de energia no campo.

A produção de biocombustível, substituindo o petróleo como alternativa de fonte de energia renovável, contribuiu para o aumento no preço dos alimentos na recente crise de 2008-2011, resultante exclusivamente do contexto de oferta/demanda. Pequenos produtores são expulsos de suas terras, privados da subsistência da economia de pequena escala, e em seu lugar entram o agronegócio e corporações transnacionais que buscam novos espaços de produção. Isso está ocorrendo em várias economias agrícolas que se apoiam no extrativismo, aumentando a violência no campo motivada por disputas de terra. “Os pobres em países em desenvolvimento,

---

<sup>14</sup> Os Estados Unidos passaram recentemente uma lei que determina o percentual do combustível utilizado em transportes para ser derivado de fontes renováveis (Clapp 2012: 131) para reduzir tanto a dependência do petróleo como reduzir a poluição. Lei semelhante já estava em curso no Brasil (este regulamentou a elevação de 25% para 27,5% de adição de etanol na gasolina e de 6% para 7% a adição de biodiesel ao diesel a partir de 2014), Canadá e nos países que formam a União Europeia.

que gastam entre 50-80 por cento de sua renda em alimentação (comparado com os 10-15 por cento de renda gasto em comida nos países ricos) foram especialmente prejudicados pela rápida elevação dos preços de produtos agrícolas. Não houve surpresa quando no início de 2008, no auge de preços, manifestações surgiram em várias regiões do mundo em desenvolvimento” (Clapp 2012: 127-128). Parte significativa desse aumento deriva da substituição de alimentos para satisfazer a indústria do biocombustível. Com o crescimento populacional e a necessidade de alimentar mais bocas, a elevação de produtividade alimentar tornou-se crucial, especialmente com a incorporação de novas classes médias no mundo em desenvolvimento, e o resultado inverso gerou a crise mundial de alimentos. Na China, por exemplo, o aumento da renda média *per capita* elevou a demanda por uma dieta mais rica, enquanto a produtividade foi na direção contrária, com o agravante da mudança de produção alimentar para a de biocombustível. No entanto, atualmente este processo pode estar se revertendo com a contínua redução do valor do petróleo comercializado no mercado internacional, com mais oferta do que demanda.

### 2.3. Aquisições de terra (*Land Grabs*)

Um problema em discussão e que há indícios da associação entre recursos naturais e conflito violento trata da venda de grandes extensões de terra (*land deals*) ou mais popularmente conhecido como *land grabs*, um fenômeno novo que organizações não governamentais e a academia começaram a discutir recentemente (porém, não por meio dos três grupos de pesquisa previamente mencionados, e que se concentra substancialmente na área da sociologia rural) com objetivo de aumentar a consciência do campesinato e da sociedade em geral do que está ocorrendo no mercado de terras que afeta diretamente comunidades rurais locais. Pela academia, no âmbito internacional, os meios de divulgação de trabalhos científicos desta temática, em grande parte, são realizados pelo *Journal of Peasant Studies*, *Globalizations*, e *Agrarian South: Journal of Political Economy*. Ainda não há participação em publicações brasileiras neste assunto em periódicos nacionais, e a redação deste *paper* em português, em parte, tem o intuito de despertar um debate acadêmico sobre aquisições de terra.

A prática de aquisições de terra está ganhando terreno e pode aumentar a frustração camponesa, apressando a inquietação na sociedade. *Land Grab*, como é comumente (e pejorativamente) conhecido, significa aquisição de terra agrícola de alta qualidade por um preço

barato em outros países (Rulli, Saviori, D’Odorico 2012), especialmente na África, Ásia e na América Latina, por China, países do Golfo Pérsico, América do Norte ou Europa (pelos próprios países ou por meio de empresas transnacionais), com monoculturas para serem exportadas ao país do proprietário das terras, ignorando as necessidades do país anfitrião e de sua população onde localizam-se tais espaços agrícolas. Além disso, as terras negociadas protegem apenas interesses privados com a anuência e garantia do país anfitrião, como no caso dos deslocados na região do Rajasthan, Índia, onde o Estado é o negociador intermediário de grandes conglomerados privados na construção de *shopping centers* e residências de luxo, indenizando camponeses com somas irrisórias e convertendo pequenos agricultores em desempregados e subempregados, piorando sua situação em comparação com as condições anteriores (Levien 2013).

Os *land deals*, termo mais neutro que *land grabs*, ainda são subinvestigados na academia, mas a impressão é que a mensagem anunciada por esta atividade é muito pior do que a realidade. Usualmente os dados são inflados – a quantidade publicizada de terra nestes *deals* é exagerada, pois não há dados, ou estes são demasiadamente imprecisos (Edelman 2013), baseado em factóides midiáticos. Provavelmente, este é um dos motivos que o Grupo de Oslo não incorporou essa variável em suas análises como determinante de conflito, já que tal grupo trabalha com dados quantitativos. Quando há dados quantitativos, os valores são ambíguos, sugerindo evidências contraditórias, e tais análises acarretam implicações na política (*policy*) (Scoones *et al.* 2013).

A terra pode estar superestimada de um lado, subestimada de outro, sem registro por uma terceira via, e infelizmente esta é a situação dos registros de terra, especificamente nos países menos desenvolvidos, onde os conflitos por glebas são mais acirrados. As razões para isso variam: alguns proprietários não querem pagar os devidos impostos, outros não querem ser desapropriados, e isso faz com que reduzam a quantidade de terra registrada em órgãos públicos. A qualidade dos dados também pode sofrer de viés de seleção, como com o exemplo mencionado sobre a superexposição chinesa na compra de terra na África, principalmente pela mídia, e sem a certeza que isto é mais exato do que em outras regiões do globo (Oya 2013). Estas são apenas parte das críticas metodológicas da literatura e da área que aparecem em textos e matérias publicados. Mais esforços para atingir a necessária precisão e confiabilidade devem ser empregados nos *land deals*, mesmo que estes sejam realizados muitas vezes com nuances de segredo, e não chegam ao conhecimento público. No entanto, já que a terra é certamente um

recurso natural relevante (juntamente com outros indicadores complementares) o qual pode levar a um conflito violento, tal *novo fenômeno* deve ser investigado de maneira mais abrangente e inserido em modelos explicativos de comportamento violento em agitações sociais.

De qualquer maneira, tais *land deals* são vistos de diferentes formas, de acordo ao posicionamento do(s) ator(es) envolvido(s). Por exemplo, o Banco Mundial pede *investimentos responsáveis* nas aquisições de terra, enquanto que o relator dos direitos humanos na Organização das Nações Unidas, Oliver de Schutter, argumenta que o *investimento responsável* é uma forma de destruir o campesinato mundial (McMichael 2013). Claramente, isso depende de qual lado o ator está localizado.

A ocorrência de violência coletiva não é inevitável em países de baixa renda, senão todos estes países estariam com sérios conflitos agrários. No entanto, ela incide com a má gestão das políticas governamentais direcionadas à população rural. Com as demandas não concretizadas, organizações e movimentos sociais<sup>15</sup> podem traduzir tais frustrações em ações (Berkowitz 1989), com caráter pacífico no início, mudando para violento se não forem bem atendidos nos canais oficiais e recebidos violentamente pela polícia e exército nas manifestações.

O acesso à terra é necessário para reduzir a fome no campo e, com isso, a violência, gerada pela insegurança dos atores agrários menos influentes. Porém, tal acesso não é suficiente para evitar futuros confrontos e baixas. De maneira geral, a população rural não tem uma educação formal ampla, como nos centros urbanos, e a falta de conhecimento para administrar de maneira fortuita um pedaço de terra recebido na reforma agrária é fato. Para o sucesso do campesinato na terra, outros atributos são necessários, como o financiamento e o conhecimento técnico. Houve muitas reformas agrárias que fracassaram e nas quais devemos aprender dos erros do passado para não os repetir. Alguns exemplos de distribuição de terra sem sucesso, onde muitos proprietários decretaram falência em um curto espaço de tempo por causa da inadequação no gerenciamento de uma pequena propriedade rural ocorreram no Chile, México, Peru, Honduras, El Salvador, Nicarágua, e em outros países (de Janvry *et al.* 2001: 18).

---

<sup>15</sup> Isso pode ocorrer em países com regimes democráticos de curta ou média duração (conhecidos como democracias imaturas, jovens ou não consolidadas).

É importante ressaltar que além da contínua distribuição de terra<sup>16</sup> para o pobre do campo, especificamente para os trabalhadores sem-terra e os pequenos proprietários com terra insuficiente para subsistir, além de proporcionar a titularidade aos posseiros, os países deveriam assegurar a competitividade destes beneficiários da reforma agrária. Caso contrário, a liberalização do mercado de terra terá consequências negativas para os camponeses pobres que se verão obrigados a vender seu pedaço de terra, e a violência não terminará, juntamente com o aumento da miséria, e do êxodo rural (de Janvry, Sadoulet e Wolford 2001: 300). O *status quo* no campo está sendo perpetuado para as gerações futuras num ciclo vicioso.

### **3. Metodologia**

O fio condutor do artigo traça a trajetória de que conflitos violentos por disputas de terra se dá pela má distribuição deste ativo, onde um grande volume de pessoas não tem meios de subsistência, o que é agravado pelo crescimento demográfico da população rural. Ou seja, boa parcela da população do campo não possui terra ou a possui de forma insuficiente pois ela concentra-se em poucas mãos. Numa época histórica onde as massas estão representadas nas instâncias políticas, e com a omissão da classe política em resolver esta questão, os conflitos agrários são eminentes.

Nesse cenário, analisamos a região latino-americana, que apresenta alto índice de concentração de terra, como veremos, o que prejudica o campesinato. O período de relevância neste estudo é o democrático, que vai desde meados dos anos 80 do século XX até a atualidade, onde grande parte dos países da região retornaram ao regime democrático, já que queremos analisar os conflitos que deveriam ser administrados pacificamente pelas instituições democráticas, com a participação da sociedade civil que se faz representar em várias instâncias e deveria ter boa parte de suas demandas satisfeitas. Apesar dos direitos políticos terem sido alcançados por meio de eleições periódicas com alternativas para o executivo dos países, há sérias violações de parte das liberdades civis, as quais serão trazidas de um banco de dados para, então, podermos compará-las a nível regional.

---

<sup>16</sup> Contínua, pois o equilíbrio demográfico muda constantemente com o crescimento populacional, e no campo isso é mais sentido, já que a ocupação do espaço é horizontal, em oposição aos centros urbanos, onde geralmente ocorre de maneira vertical.

Este período escolhido deve-se à expectativa de que governos democráticos atendem, mesmo que parcialmente, às demandas da sociedade civil organizada e, portanto, deveria haver menos violência e mais debates. O que se presencia, no entanto, é o aumento da violência por disputas de terra, mesmo na democracia.

Não pretendemos oferecer análise explicativa/causal, devido aos poucos dados confiáveis e/ou padronizados existentes sobre o tema. Nesse âmbito, dividiremos o trabalho em duas partes, a primeira quantitativa e a segunda qualitativa (já antecipando que a falta de dados e publicações sobre o tema para países da América Latina afetará a qualidade dos resultados, porém, é o início de uma possível agenda de pesquisa):

- 1) A primeira tratará de reunir dados de todos os países latino-americanos, referente à (a) concentração de terra (Frankema 2009), e à (b) população rural *de fato* da região estudada (World Bank 2002; CIESIN/GPW 2002; Chomitz, Buys, Thomas 2005); além das (c) liberdades civis (Freedom House 2014). Os dados dos dois temas iniciais são extraídos de bibliografia secundária, enquanto que o terceiro foi buscado em um banco de dados disponível e bem analisado na área. Porém, a pesquisa se baseia em dados coletados de apenas um ano específico mais recente possível sobre as temáticas mencionadas, e não tratará de série temporal, devido à indisponibilidade destes dados<sup>17</sup>.
- 2) Na segunda parte, discutiremos a temática proposta para cinco países selecionados da região e, brevemente, ofereceremos uma análise de estudos de caso sobre o tema desenvolvido, já que estatisticamente é inviável a busca por explicação causal com quantidade reduzida de dados, o que comprometeria os resultados. Desta forma, complementaremos a análise de dados quantitativos com qualitativos, o que permitirá dar uma visão mais ampla das questões tratadas para a região de interesse neste estudo.

---

<sup>17</sup> Exceto sobre as liberdades civis, onde há dados desde os anos 70 do século XX, anualmente.

Os estudos de caso, bem resumidos em consideração à extensão desta pesquisa, referem-se à Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia e Paraguai. É certo que a América Latina é formada por 21 países com população total aproximada de 603 milhões de pessoas e mais de 20 milhões de km<sup>2</sup><sup>18</sup>. No entanto, estes cinco países selecionados possuem conjuntamente cerca de 307 milhões de habitantes, ou 51 pontos percentuais do total latino-americano, com área de quase 14 milhões de km<sup>2</sup>, ou cerca de 70 pontos percentuais do território total. Desta forma, cobriremos boa parte da população e território do continente, onde incluem-se muitos casos de conflitos violentos de terra. Sabemos da limitação do escopo sugerido, e dos resultados obtidos por meio deste desenho de pesquisa. Optamos por esta construção de pesquisa entendendo ser esta uma complementariedade de dois tipos de abordagens metodológicas que podem contribuir com melhor entendimento da temática proposta, mesmo sem o devido aprofundamento requerido. E este é um risco que corremos, o qual o leitor deve estar ciente.

Estudos quantitativos (*large-N*) não chegaram a um consenso sobre que variáveis são relevantes e devem ser incluídas numa explicação de modelos de conflito e, portanto, estudos de caso podem contribuir aos estudos de segurança ambiental aprendendo mais com os conflitos violentos de baixa intensidade do que com a violência em larga escala como as guerras civis (Magnus e Brandsegg 2012; Deligiannis 2012), não excluindo as devidas salvaguardas para evitar o viés de seleção. Sair da dicotomia quantitativa-qualitativa e de seu antagonismo habitual é uma necessidade da ciência social e proporciona complementariedade à pesquisa na área (Crotty 1998; Zimmerman 2010), enquanto a primeira técnica foca na precisão e acurácia dos dados que indicam a trajetória comum de muitas observações coletadas, a segunda, contribui com os nuances de casos específicos. Desta forma, há um complemento em conhecimento do caso em questão (ou seja, de cada país analisado) e das semelhanças/diferenças de países da América Latina de maneira geral.

---

<sup>18</sup> Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Puerto Rico, Uruguai e Venezuela.

#### 4. América Latina, desigualdade e conflitos violentos: Análise quantitativa e estudos de caso

Países da América Latina estão na categoria entre os de baixa-média a média-alta renda *per capita*, e onde muitos destes são extrativistas, produzem e exportam grande parte de seus alimentos. Em 2013, de acordo ao Banco Mundial, a renda *per capita* anual destes países variou entre US\$2.550 na Bolívia a US\$15.230 no Chile<sup>19</sup> (World Bank 2015). Frequentemente os exportadores pertencem à categoria do agronegócio formado por corporações transnacionais, sendo alguns em parceria com empresas locais de peso no setor e/ou conhecidos latifundiários, ou seja, em aliança com a elite local.

O passado colonial destes países contribuiu para uma continuidade e, inclusive, radicalização da desigualdade de terra mesmo quando comparado a outras regiões do globo. “The concentration of land in the hands of a small political elite is widely regarded as an unfavorable initial condition of economic development in Latin America, as compared to the more egalitarian distribution of land in many East Asian countries, where profound rural reforms and supportive agrarian development policies created favorable conditions for balanced and sustained long-run growth” (Frankema 2010: 418)<sup>20</sup>. Essa perpetuação da pobreza e desigualdade no campo em países latino-americanos favorece a criação de uma grande massa de miseráveis que, num processo de democratização, com o surgimento de representações do campo, passa a se conscientizar de sua situação e reivindicar direitos equiparados ao de outros grupos mais privilegiados.

Com a globalização, surgiram organizações de defesa dos camponeses frente aos conglomerados agrícolas e governos, almejando a melhoria de condições dos agricultores em situação mais precária. Um exemplo é *La Via Campesina*, movimento internacional que abriga milhões de camponeses de várias categorias, pertencentes a 150 entidades de classe nacionais e a qual defende a agricultura sustentável de pequena escala, promovendo a justiça social e vida

---

<sup>19</sup> Tais valores são relativos à toda a população, onde renda baixa-média varia entre US\$1.036 a US\$4.085 e renda média-alta entre US\$4.086 a US\$12.615, sendo que a alta acima disso. Se apenas a população que vive no campo fosse considerada, a situação seria bem diferente, com valores muito inferiores aos apresentados.

<sup>20</sup> Tradução: A concentração de terra em mãos de uma pequena elite política é largamente tida como uma condição inicial desfavorável do desenvolvimento econômico na América Latina, quando comparado com a distribuição mais igualitária de terra em muitos países do Leste da Ásia, onde reformas rurais profundas e políticas favoráveis de desenvolvimento agrário criaram condições para um crescimento sustentável e equilibrado de longo prazo.

digna aos trabalhadores rurais de 70 países mundo afora frente à agricultura do agronegócio que, de acordo a esta organização, destrói a natureza e impede o sustento dos camponeses (La Via Campesina 2014).

O combate à desigualdade de terra é o primeiro passo para a redução da pobreza e da desigualdade de renda. “Looking at the world’s land inequality distribution, the top twenty countries include sixteen in Latin America [...]The assertion that there is a “Latin” type of inequality is indeed supported by a global comparison of land inequality”<sup>21</sup> (Frankema 2009: 26), como podemos verificar nos dados da tabela 1, onde a América Latina se destaca pela elevada concentração de terra.

Tabela 1: Análise descritiva de Ginis da terra subdividida em 13 regiões.

<b>Região</b>	<b>min</b>	<b>max</b>	<b>mdn</b>	<b>mean</b>	<b>St.dev.</b>	<b>cv<sup>22</sup></b>	<b>obs<sup>23</sup></b>
<b>América do Sul</b>	<b>63.9</b>	<b>86.3</b>	<b>80.4</b>	<b>79.9</b>	<b>6.3</b>	<b>0.08</b>	<b>11</b>
<b>América Central</b>	<b>60.7</b>	<b>78.3</b>	<b>73.9</b>	<b>72.3</b>	<b>6.0</b>	<b>0.08</b>	<b>7</b>
Caribe	46.2	81.6	69.9	68.1	11.8	0.17	7
Leste Asiático	30.7	43.8	39.5	38.4	5.5	0.14	4
Sul Asiático	41.8	62.3	55.4	53.7	8.7	0.16	6
Sudeste Asiático	29.1	68.0	47.3	47.9	11.7	0.24	8
Norte da África/Oriente Médio	56.3	82.0	63.8	65.1	7.3	0.11	12
Sul e Leste Africano	36.8	83.5	66.7	62.7	17.4	0.28	12
África Central e Oeste	31.2	68.1	45.2	45.2	9.1	0.20	14
Ramificações Ocidentais	47.0	78.6	61.1	61.9	16.4	0.26	4
Europa Ocidental	47.0	79.1	63.4	63.9	10.1	0.16	14

<sup>21</sup> Tradução: Observando a desigual distribuição de terra ao redor do mundo, notamos que dos vinte países mais desiguais, dezesseis localizam-se na América Latina [...] A afirmação de que existe um tipo “latino” de desigualdade é amparado pela comparação global da desigualdade de terra.

<sup>22</sup> Coeficientes de variação.

<sup>23</sup> Países observados.

Leste Europeu	39.2	60.0	52.4	51.0	95.0	0.19	4
Escandinávia	42.1	63.3	47.2	49.3	7.5	0.15	8
<b>Mundo</b>	<b>29.1</b>	<b>86.3</b>	<b>60.0</b>	<b>59.7</b>	<b>15.0</b>	<b>0.25</b>	<b>111</b>

Fonte: Frankema 2009: 27

A pobreza é mais localizada no campo, onde três quartos dos pobres do mundo atualmente vivem e os países da América Latina não são exceção quanto a isso (Borras Jr.; Franco 2012: 36). A concentração de terra latino-americana marginaliza mais pessoas que moram no campo e não têm de onde tirar seu sustento, nem mesmo para economia de subsistência. Portanto, adicionado à desigualdade de terra e de renda da região que está presente há séculos, com a liberdade política de se organizar, criando uma consciência de classe e sendo representado por organizações nacionais com apoio de uma estrutura que perpassa fronteiras, tendo do lado oposto elites agrárias nacionais com objetivo de perpetuar o *status quo*, juntamente com conglomerados transnacionais que visam o lucro e aquisição de grande volume de terra, muitas vezes com ajuda parcial do grupo governante, está dada a fórmula para conflitos violentos na América Latina.

As massas de trabalhadores rurais nestes países são pobres e, por vezes, miseráveis, e em situação de risco. Elas precisariam de uma *safety net*<sup>24</sup> em caso de mudança climática que afetasse a safra ou algum evento que reduzisse o ganho, como desemprego, doença na família, e similar.

A literatura da área trabalha com uma amplitude de definições sobre o que seria urbano e rural e, assim, há uma dificuldade de operacionalização destas categorias, para realizar um trabalho empírico posterior. Esta diversidade conceitual é natural, dada a natureza variada dos países e suas características e às mudanças ocorridas de um passado recente. Porém, como iremos realizar uma análise comparativa, é necessário prover uma definição geral para os países, afim de padronizar tal estudo. A América Latina que, em geral, trabalha com definições político-administrativas, provavelmente com objetivo de salientar o *progresso* reduzindo a quantidade de

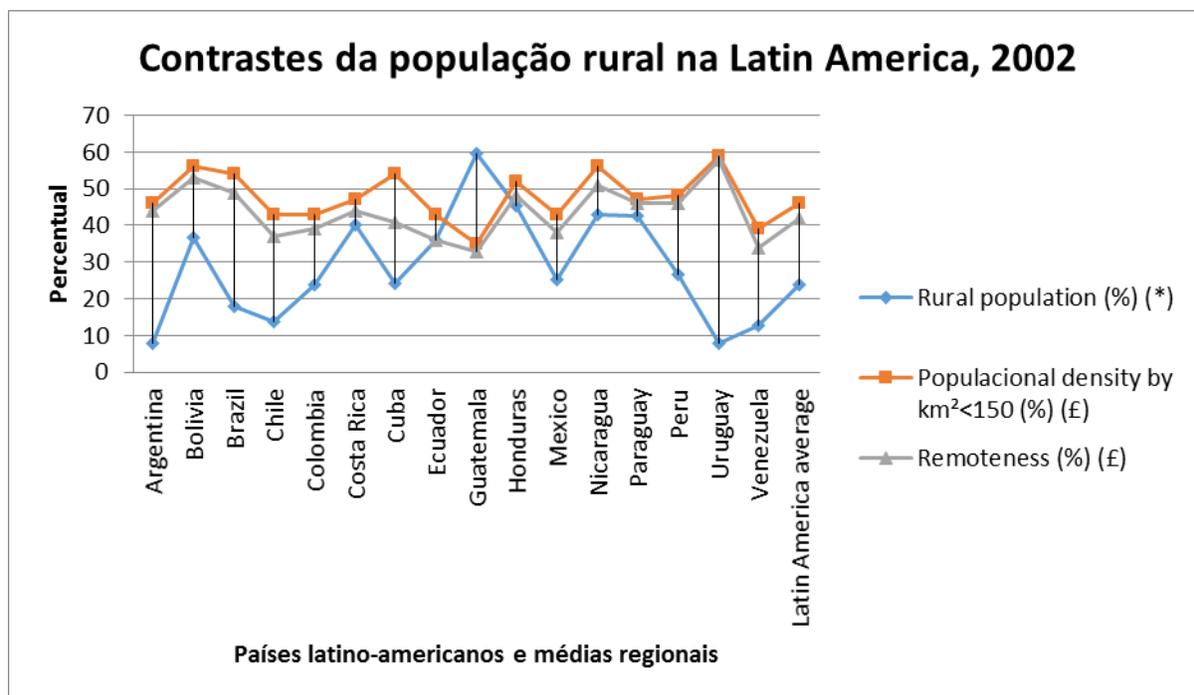
---

<sup>24</sup> Tradução: “Rede de segurança”, por James Scott, *The Moral Economy of the Peasant* (1976).

habitantes rurais artificialmente e, com isso aumentando a população urbana em detrimento da rural, na expectativa de impulsionar o desenvolvimento destes países, haja visto que há uma visão de rural como sendo atraso. Pérez (2001) enfatiza a dicotomia da visão latino-americana do rural/urbano por parte destes Estados, como sendo subdesenvolvimento e falta de perspectivas versus o urbano que representa a modernidade e o desenvolvimento dos países. Essa imagem, muito comum na região, é equivocada e a prova disso é que em vários países latino-americanos, grande parte das exportações deve-se à produção agropecuária, que efetivamente traz recursos a esses países, e tem crescido acentuadamente nos últimos anos, representando uma boa fatia do total do PIB de toda a região, de acordo aos dados do Banco Mundial (Chaherli e Nash 2013).

A proporção de pessoas vivendo na zona rural e sustentadas pelo trabalho na lavoura é grande e temos uma dimensão imprecisa se apenas consultarmos os índices disponíveis por meio das agências nacionais de estatística na região, já que estas, em geral, definem o que é cidade sem levar em consideração o número de habitantes, a distância às áreas metropolitanas, e a infraestrutura. Por exemplo, um município com 2000 pessoas, localizado longe de um centro maior e sem infraestrutura configuraria como urbano (The Economist 2005: 38; Ferranti *et alli.* 2005), o que pelos termos de definição de outros órgãos internacionais, como a OCDE é incorreto. Se tais questões fossem incorporadas à definição, ao invés dos atuais 24% de população rural, em média, nos países da América Latina, teríamos 46% de população considerada rural. A distância remota de um grande centro metropolitano e a baixa densidade populacional definem áreas rurais que apresentam desafios em relação ao desenvolvimento (Chomitz, Buys, Thomas 2005: 1). E a definição da OCDE, que considera os elementos elencados anteriormente é a que será utilizada neste atual trabalho.

Figura 1: Estatísticas nacionais oficiais de alguns países latino-americanos em contraste com dados que consideram definição mais atualizada de rural e urbano:



(\*) Fonte: World Development Indicators of rural population, based on WorldBank (2002).

(£) Fonte: Population and density extracted from CIESIN/GPW (2002).

A figura 1 mostra que somente Guatemala é a exceção, enquanto os outros 15 países apresentam densidade e afastamento de centros metropolitanos (*remoteness*) menor que a registrada pela *definição política* dos censos latino-americanos. Estas diferenças entre o *oficializado* e o real impactam nas políticas públicas destinadas à já fragilizada população do campo na região específica da América Latina.

As dificuldades socioeconômicas da sociedade latino-americana enfrentadas nas últimas décadas, desde a *Terceira Onda de Democracia* de Huntington<sup>25</sup> (1991), elevaram o nível de mobilização destas sociedades, colocando mais pessoas nas ruas, em protestos, greves, manifestações, bloqueio de estradas e atividades semelhantes (Bellinger Jr. e Arce 2011). É o espaço onde a economia e a política se encontram.

A diferença é que em tempos onde prevaleciam os regimes autoritários liderados praticamente pelos militares, a repressão era tamanha que os que ousavam protestar, usualmente tinham que sair à clandestinidade por receio de retaliações. Em contraste, na democracia, mesmo que com suas imperfeições e pouco tempo de maturidade se comparada aos regimes democráticos em vigor e sem intervalo desde o século XVIII, há representatividade a grupos minoritários e majoritários, partidos políticos constituídos e legítimos, movimentos sociais e organizações da sociedade civil que representam diversas camadas da população e interesses variados (Almeida e Johnston 2006) e, muitas vezes, contraditórios.

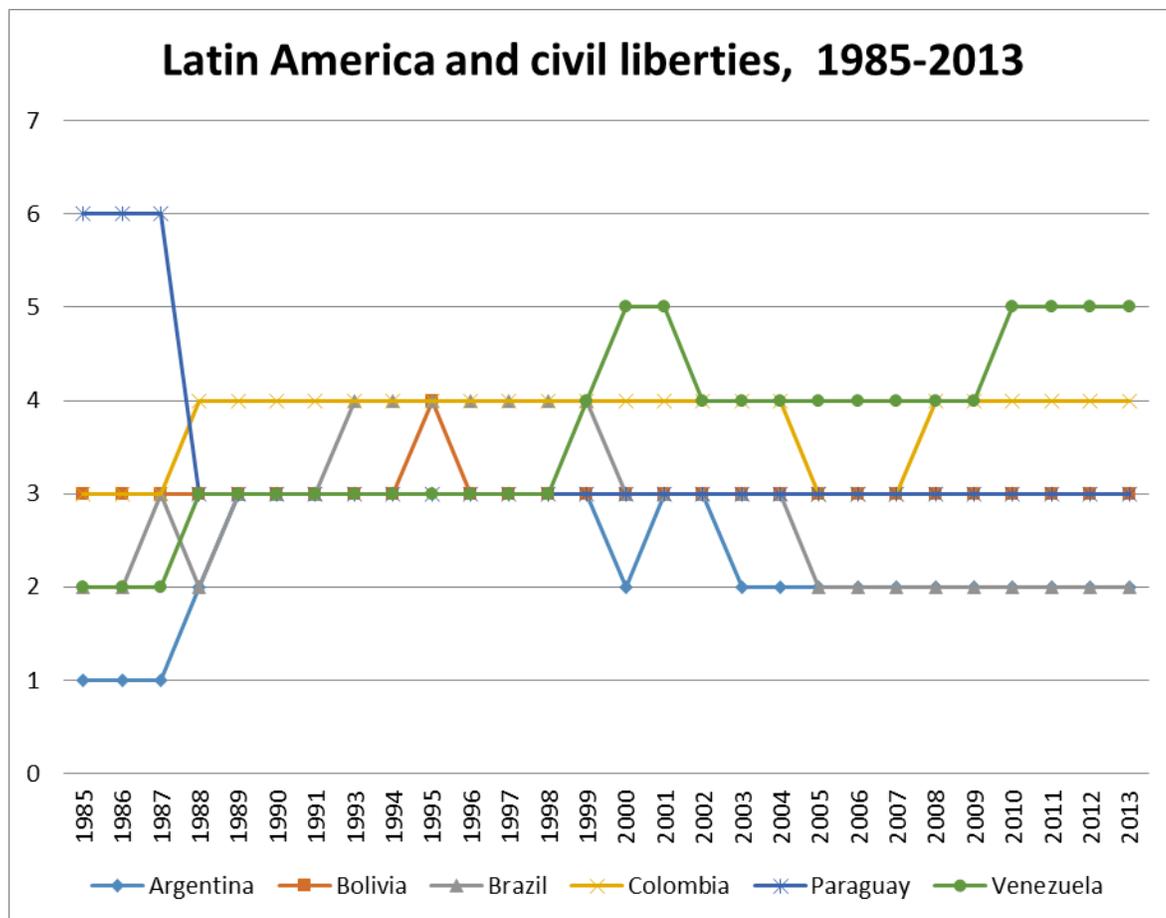
O problema é que em sociedades onde a democracia foi interrompida diversas vezes ou tem uma história recente, como no caso dos países da América Latina, ainda predominam parcialmente elementos repressivos, onde manifestações, protestos e similares não raramente são reprimidos duramente pelos resquícios do autoritarismo em parte presente nas forças de segurança. Com tal reação severa, o confronto entre as partes (manifestantes e polícia/exército) passa a ganhar fôlego e atinge níveis elevados. A mensagem ambígua que as novas democracias latino-americanas passam aos cidadãos destes países é que todos têm direitos e, se estes não são observados, devem ser levados aos tomadores de decisão por meio de protestos pacíficos. No entanto, os mesmos protestos que deveriam ser pacíficos, com a brutal reação policial há uma escalada na violência e ambos os lados sofrem perdas, desgastando as jovens democracias da região.

---

<sup>25</sup> Essa nomenclatura de *Huntington* define a mudança de regime político ditatorial para democracia, ocorrida entre 1974-1990 na Europa (Portugal, Espanha e Grécia), Ásia e América Latina. Tanto a primeira onda (1828-1926) como a segunda (1943-1962) tiveram em seguida as ondas reversas, onde os países retornaram aos regimes autoritários anteriores. O autor utilizou o termo 'Onda' para designar uma tendência geral a tal transformação política.

Dessa forma, o problema apresentado nas democracias recentes é que direitos civis dos cidadãos não são respeitados, em caso de manifestações pacíficas, e a figura 2 mostra isso claramente, para alguns países selecionados da América Latina.

Figura 2: Países latino-americanos e as liberdades civis, 1985-2013



Fonte: Freedom House (2014)

De acordo à *Freedom House*, a gradação varia entre 1 (maior respeito às liberdades civis) e 7 (maior violação das liberdades civis). As liberdades civis são divididas em subcategorias e estas passam pelo escrutínio da avaliação, identificando um país em determinado ano em relação ao respeito ou violação das seguintes liberdades civis: (a) liberdade de expressão e crença; (b)

direitos de associação e organização; (c) Estado de direito; (d) direitos individuais e autonomia pessoal.

Logo após grande parte dos países latino-americanos mudarem para o sistema democrático, em meados dos anos 80 do século XX, suas pontuações em relação às liberdades civis não acompanharam o equivalente aos seus direitos políticos. Isto é, o direito ao voto existia e eleições bi- ou multipartidárias eram constantemente convocadas. Porém, havia e ainda há graves violações das liberdades civis. A figura 2 mostra que Argentina e Brasil, mesmo tendo atualmente as melhores colocações, ainda não estão no topo com respeito às liberdades civis de seus cidadãos. Bolívia, Colômbia, Paraguai e Venezuela encontram-se em posição mais complicada neste quesito. Enquanto que os direitos políticos de países latino-americanos se ampliam, as liberdades civis, como liberdade de expressão e associação estão em declínio. A *Freedom House* “expressa preocupação de que os governos da América Latina estão aumentando ataques à sociedade civil, usando de violência e intimidação, como também restrições legais para com a mídia como modo de prevenção dos ativistas a exigir que governos sejam responsabilizados por tais ações” (Freedom House 2014)<sup>26</sup>. Há um aumento substancial de impedimentos à renovação de contratos (ou suspensão) de canais televisivos ou mídia escrita, violência das polícias às manifestações pacíficas, prisão de líderes de movimentos sociais, dentre outras ações, que prejudicaram o ranking da *Freedom House* de liberdades civis em países da América Latina, conforme indicado na figura 2 e resumidamente relatados nos estudos de caso de alguns dos países analisados.

A análise comparativa dos países latino-americanos possibilita, de um lado, encontrar as semelhanças quando utilizada a abordagem quantitativa, isto é, quando tratamos de padronizar os dados e identificar perfis próximos que vão numa direção conjunta. Isso foi realizado, na medida do possível, na primeira parte desta seção, com alguns dados disponíveis. De outro lado, adotando a abordagem de estudos de caso, podemos encontrar as diferenças e especificidades dos países da mesma região. Como registrado anteriormente, os dois níveis de pesquisa se complementam, permitindo oferecer uma análise mais detalhada de nosso foco de pesquisa,

---

<sup>26</sup> Citação do link: <https://freedomhouse.org/article/human-rights-latin-america#.VL0i7EfF-FW>, acessado em 19/01/2015.

mesmo que apenas pincelando certas características, sem aprofundar muito, por conta da dificuldade de obtenção de dados confiáveis e resguardando o escopo desta proposta de pesquisa.

Desta forma, finalizaremos este artigo com estudos de caso de alguns países latino-americanos selecionados, visando um melhor entendimento dos conflitos violentos por disputas de terra, com o objetivo de que experiências de países próximos e parecidos possam dar um embasamento à elaboração de políticas públicas continentais que consigam reduzir o conflito no campo. Casos da Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia e Paraguai serão analisados quanto à questão da terra e seus conflitos, mesmo que não seja possível, no escopo deste artigo, aprofundar como gostaríamos, principalmente por não encontrarmos bibliografia nacional suficiente produzida no processo de democratização nos países em foco. O intuito não é descer aos detalhes, mas oferecer um pequeno complemento de informações, para ser adicionado às questões anteriormente colocadas.

## **5. Informações preliminares sobre alguns estudos de caso da América Latina**

### *5.1. Argentina*

Nas últimas décadas na Argentina houve uma alta incidência de concentração de terra, reduzindo a quantidade e o tamanho das unidades da agricultura familiar em oposição ao agronegócio, criando mais conflitos de terra por todo o país (Visser e Bidaseca, 2010).

Tal concentração privilegiou grupos financeiros na aquisição de largas extensões de terra, gerando uma alta de preços neste mercado, dificultando o acesso aos pequenos produtores. Para se ter uma ideia, apenas 2 por cento dos proprietários controlavam 50 por cento das terras na Argentina e, do outro lado, 57 por cento dos estabelecimentos agrícolas controlavam 3 por cento da área no país (Sili e Soumoulou 2011: 6). Porém, as terras públicas eram vendidas a preços irrisórios, sem levar em consideração esse aumento, possibilitando maior concentração, utilizada para monoculturas, principalmente soja e outras oleaginosas, com a expansão da fronteira agrícola (Sili e Soumoulou 2011).

A expansão ocorreu especialmente por meio da inserção de métodos geneticamente modificados (Delvenne, Vasen e Vara 2013; Leguizamón 2013), que tem impacto socioambiental e consequências desconhecidas. A intensidade na plantação provoca a desertificação e erosão do solo, além de problemas gerados pela mudança climática, utilização em demasia de fertilizantes e pesticidas. Dentre os impactos sociais, constam a expulsão e o deslocamento de pequenos proprietários e camponeses, devido à concorrência desigual do pequeno frente a conglomerados transnacionais e à menor quantidade de trabalhadores por hectare que a mecanização da monocultura proporcionou.

Grande parcela dos pequenos proprietários não consegue subsistir devido ao tamanho de suas terras e muitos destes acabam migrando aos centros urbanos ou aumentando a quantidade de miseráveis no campo.

Pesquisadores encontraram indícios de negociações de terra (*land deals*) em grandes extensões do território argentino, mencionando em detalhes acordos com Catar, Arábia Saudita, China e Coréia do Sul em diferentes regiões do país (Murmis e Murmis 2012). Provavelmente, em decorrência deste fenômeno, as duas casas do parlamento argentino aprovaram em Dezembro de 2011 uma lei que limita a aquisição de terras por estrangeiros em 15 por cento de terras rurais do território nacional.

### *5.2. Bolívia*

A concentração de terra está a pleno vapor na Bolívia, onde nas últimas duas décadas mudou drasticamente o sistema de propriedade de pequenas glebas dos produtores rurais para latifundiários, em geral estrangeiros (brasileiros e nos últimos anos argentinos), que compram terras neste país com preço baixo, e produzem soja (e alguns trabalham com pecuária). A província de Santa Cruz apresenta cerca de 2/3 da produção das terras bolivianas, sendo que entre 1999 a 2009 a produção de soja na região cresceu 6 vezes, não restando praticamente terras adicionais para este cultivo, já que a soja ocupa uma grande área (Urioste 2012). Não há segurança jurídica aos donos estrangeiros por meio de titularidade, a não ser que estes casem com cidadãos bolivianos ou se naturalizem. Mesmo assim, entre 2006 a 2012 não houve caso de ocupação de terras de estrangeiros por movimentos sociais, como ocorre frequentemente no Brasil (Urioste 2012: 453), sendo que há pressão dos países fronteiriços na defesa de seus cidadãos que são proprietários de terra na Bolívia.

O presidente boliviano Morales, que recentemente iniciou seu terceiro mandato consecutivo, declarou em 2006 que seu governo erradicaria a desigualdade de terra no país, o que o coloca em confronto direto com as elites agrárias que não aceitam perder propriedade (Valdívia 2010). A distribuição de terras às minorias ocorreu quase exclusivamente em áreas públicas e correspondem, geralmente, às florestas e localidades que se sobrepõem aos parques, reservas florestais e áreas de conservação (Urioste 2012: 454). E em se tratando de florestas, as plantações de soja no país foram responsáveis por grande parte do desmatamento, para obtenção de mais espaço para o cultivo desta monocultura.

A Bolívia é riquíssima em recursos naturais, principalmente em prata, estanho, borracha, coca e gás natural (Kohl 2010: 116) e o interesse estrangeiro nestes recursos é alto. Mesmo com a renegociação de contratos em vigor, o governo Morales não desapropriou as empresas, tentando mudar as condições para a extração destas matérias-primas, central na campanha para assumir a presidência e na obtenção de recursos para distribuir aos seus correligionários por meio de serviços, já que a Bolívia praticamente depende quase que exclusivamente do capital oriundo do que extrai de suas terras.

### *5.3. Brasil*

A região mais violenta do Brasil em termos de disputa de terra e onde mais pessoas são assassinadas, inclui as partes sul e sudeste do estado do Pará, (Comissão Pastoral da Terra 1985-2012; Zimerman 2012), segundo maior estado brasileiro, as quais apresentam características que favorecem tal cenário de violência no campo.

A região é rica em recursos naturais, desde a borracha no século XIX, passando pela castanha no século XX, a qual o estado repassou o direito de enormes pedaços de terras às elites políticas locais, fazendo permanecer até a atualidade a extrema desigualdade de terra comum na área (Simmons *et alli.* 2007: 570-1). A descoberta de minérios nos anos 80 como ferro em abundância, além de ouro numa das maiores minas a céu aberto do mundo (Serra Pelada), atraiu muitos garimpeiros de baixa-renda, elevando em mais de 20 vezes a quantidade de pessoas que se dirigiram para lá, passando de 30.000 para 760.000 entre 1960 a 2000, com a maioria de homens, e inúmeros conflitos por recursos da região (Simmons 2004: 184).

Estradas que cortam esta localidade foram construídas, como a auto-estrada Belém-Brasília e a estrada estadual PA-150, permitindo o escoamento de produtos e matéria-prima aos grandes centros, e muitos outros investimentos públicos de infraestrutura, o que valorizou a região, pois permitiu que os produtos fossem comercializados.

Houve uma extensão da fronteira agrária da região norte do Brasil, com plantações enormes de monoculturas como soja, cana-de-açúcar, dentre outros, onde essa ampliação ocorreu devido ao sucesso e alto preço internacional destas *commodities*. Além disso, elas são utilizadas como fontes alternativas de energia e às custas do desmatamento de florestas e sua transformação em gigantescas *plantations*, o que eleva a concentração de terra, por consequência do modelo do agronegócio em detrimento do modelo da agricultura familiar e aumento da pobreza no campo, em parte devido aos *land deals* com transnacionais ou países.

As leis brasileiras referentes à terra são ambíguas. De um lado, a nova Constituição de 1988 afirma que a terra deve cumprir a função social, e a interpretação mais comum é que terras improdutivas não cumprem sua função social e estão sujeitas à desapropriação mediante indenização, sinalizando aos movimentos sociais e sindicatos agrários que ocupem estes espaços, o que causa conflito com seus proprietários. De outro lado, os proprietários contam com o código civil a seu favor, o qual prioriza a propriedade privada, independentemente de sua produtividade (Alston, Libecap, Mueller, 1999).

Há muitos posseiros que não contam com títulos de suas propriedades e, portanto, não têm a segurança jurídica que tal gleba permanecerá em suas mãos, e com isso possam sair da pobreza, de acordo à teoria do economista peruano Hernando De Soto (2000). O poder público não utiliza desta prerrogativa para, dentre outras questões, reduzir a violência resultante da disputa de terra, levando em consideração que este grupo de posseiros pertence ao campesinato, grupo que teve mais vítimas da luta pela terra (Comissão Pastoral da Terra 1985-2012).

#### *5.4. Colômbia*

Apesar do caso colombiano envolver uma luta armada entre os anos 40 e 60 do século XX, com *La Violencia*, e continuar até os dias de hoje registrada na lista de guerras civis (Sarkees

e Wayman 2010), onde a violência não pode ser considerada de baixa intensidade, há fatores que integram características dos países latino-americanos quanto aos conflitos agrários e os recursos naturais e, por esta razão, há espaço de introduzir a Colômbia neste campo de discussão e comparação entre os países da região.

O fenômeno de *land grab* pode ser chamado desta forma na Colômbia, que não terá significado pejorativo, pois grande parte dos 4 milhões de hectares de terra (estimados pelo governo) foram e ainda são literalmente roubados de camponeses de maneira violenta, muitas vezes por paramilitares, que legalizam as propriedades e as transformam em agronegócio (Grajales 2011: 772), inclusive recebendo benefícios do estado, como na plantação de palma, para extração de seu óleo. O resultado é o deslocamento forçado de muitíssimos camponeses que fogem para não serem mortos. Desde 1980, a estimativa é que 4 milhões de camponeses (que representa em torno de 10 por cento de toda a população colombiana) foram obrigados a se deslocar de suas terras (Ballvé 2012). Apesar de ter a conotação de *land grab*, geralmente não há compra, mas apropriação indevida e forçada, realizada por colombianos, diferente do fenômeno de *land deals* mostrado anteriormente.

Uma reforma agrária contundente nunca foi realizada no país, e foi com esta intenção que grupos rebeldes, como as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) demandavam tal pleito central nos anos 70 e 80 do século XX, antes de se dedicarem ao narcotráfico, à plantação de coca e à sua comercialização (Angrist e Kugler 2008). Tal reforma que não saiu do papel beneficiou apenas os que já eram abastados, aumentando ainda mais a desigualdade no país, que só perde para o Paraguai na América Latina, apresentando Gini de concentração de terra de 0,86 (Grajales 2011: 775). Nesta época houve a radicalização de movimentos camponeses que incentivavam seus correligionários a ocuparem terra, e em reação eram brutalmente reprimidos pelas forças de segurança e pelas outras partes deste conflito armado maior.

Dentre os recursos naturais que atraí violência no campo está a conhecida folha de coca para a produção da cocaína, que é ilegal, mas também as mencionadas palmas, que atualmente têm cerca de 360.000 delas e a intenção é que dobrem de tamanho em 10 anos, e que muitas estão nas mãos de paramilitares ou em associação com estes, plantadas em terras tomadas de camponeses, que recebem auxílio do Estado (Grajales 2011: 785).

### 5.5. Paraguai

No ano de 2012, o presidente do Paraguai, Lugo, sofreu um *impeachment* de seu congresso que, de tão rápido, não ofereceu chance de defesa ao acusado. Dentre as razões centrais para esta destituição, foi a que muitas mortes aconteceram em decorrência de conflitos de terra entre grandes proprietários e trabalhadores sem-terra no país (The Economist 2012). Sendo isto verídico ou não, fato que nos últimos anos o Paraguai tem observado um aumento exponencial na concentração de suas terras, dado em grande parte por brasileiros e argentinos. Para se ter uma ideia, em 1991, 14 por cento dos estabelecimentos rurais no Paraguai com 1000 hectares ou mais eram de propriedade de estrangeiros. Em 2008, essa proporção passou para 24 por cento. E, se contarmos apenas a região que faz fronteira com o Brasil, 2/3 dos proprietários destas largas extensões de terra são estrangeiros (Galeano 2012: 459), e cultivam em sua grande maioria, soja e trigo.

Tal situação de concentração e *estrangeirização* de terras no Paraguai compromete a demanda por terra de comunidades indígenas e camponeses no país, principalmente nas regiões fronteiriças com Brasil e Argentina, excluindo estes grupos de uma economia de subsistência e de pequenas propriedades, já que este fenômeno é bem semelhante ao descrito em relação à Bolívia. Além do impacto ambiental do desmatamento, principalmente da floresta atlântica (Richards 2011) e utilização de pesticidas e fertilizantes, a questão social pesa, com a exclusão de minorias frágeis que são expulsas de seu trabalho na lavoura e deixadas à deriva, na miséria e na pobreza, gerando mais conflitos e violência no campo. A proximidade com o Brasil facilita a inserção de tecnologia agrícola, mudança na utilização da terra e, como consequência, afeta camponeses interessados na prática da agricultura familiar.

## 6. Considerações finais

A questão agrária nos países investigados e, provavelmente na América Latina como um todo, envolve conflitos de terra por meios violentos. Há semelhanças entre os países, porém, cada caso apresenta suas particularidades, como era de se esperar. Os próprios atores que participam

desta questão, não precisam necessariamente se dividir na dicotomia que a literatura utilizava há décadas, de latifundiários e camponeses, onde o primeiro grupo era formado pela elite proprietária e o segundo por trabalhadores rurais e pequenos camponeses. Como vimos no decorrer do artigo, temos atores diversificados: (1) de um lado, latifundiários, conglomerados transnacionais do agronegócio, especuladores financeiros que compram terra como seu ativo, elites locais rurais; (2) de outro lado, trabalhadores rurais, pequenos proprietários, índios, comunidades quilombolas, mineradores, garimpeiros. Ambas categorias dos dois lados não se esgotam. O que há em comum entre os grupos opostos é que o capital é de propriedade de alguns, que representam a minoria, e que grande parte dos que exercem profissões ligadas à agropecuária, no seu dia-a-dia, lutam por sua sobrevivência, geralmente são explorados, e dependem de suas atividades para subsistir. Este grupo poderia viver em condições mais dignas caso controlasse uma extensão de terra para o sustento de suas famílias com o que produzisse da terra. Porém, como vimos no decorrer deste trabalho, há uma profunda desigualdade que agrava a crise no campo e gera conflitos violentos. A dicotomia apresentada não consegue dar conta da complexa relação existente no campo entre os variados atores, sendo utilizada como maneira de simplificar esta problemática ao leitor, sem que tenhamos a ambição de ter esgotado o tema.

Os países em questão são *oficialmente* democráticos, porém, ainda não conseguem proteger os mais vulneráveis. Inegavelmente houve uma mudança de abordagem com a possibilidade de representação de minorias pobres por meio de movimentos sociais que defendem suas categorias que vivem no campo. A mudança de comportamento e equilíbrio de forças pode levar gerações, para contrariar interesses elitistas enraizados em muitas sociedades latino-americanas, mesmo sendo atualmente governadas por lideranças que venceram eleições com os votos destas majorias, como no caso do Brasil, com o Partido dos Trabalhadores (PT) até pouco tempo atrás, com quatro mandatos e um processo de impeachment; Bolívia, com o início do terceiro mandato do líder *cocalero* Evo Morales; com a curta gestão anterior do presidente Lugo no Paraguai, sendo destituído pela elite governante; e por vários outros casos em que as lideranças são populares (muitas vezes sendo, inclusive, populistas). A legitimidade do governante não altera automaticamente a situação dos que vivem no campo.

Muitas manifestações pacíficas de descontentes com a situação, acabam por produzir violência das forças de segurança que, em boa parte, conservam as mesmas características que

haviam nos regimes autoritários. Podemos mencionar o Brasil como exemplo, já que seus estados ainda possuem as polícias militares, resquício do regime militar, apesar de ter se extinguido há mais de 30 anos. Dessa forma, não é difícil compreender a contínua violação das liberdades civis dos grupos marginalizados nestes países.

A terra é muito desigual e, enquanto poucos não param de adquirir mais hectares, geralmente ocorre às custas de quem tem pouco ou não tem nada. A necessidade de concentrar terra para gerir o agronegócio sufoca os pequenos e aumenta a pobreza no campo. Aquisições de terra podem ser legais, ou seja, por meio de compra e venda, ou ilegais, por coerção (este último caso é conhecido na Colômbia). Podem ser realizadas por países estrangeiros ou empresas transnacionais, por intermédio de elites locais, ou mesmo por criminosos. De qualquer maneira, é a força do capital que provoca a crescente desigualdade no campo, e a região latino-americana é campeã na concentração. Algumas legislações foram criadas para dar conta de temas relevantes. Porém, nada muito ousado para proteção das camadas excluídas da população foi feito. Grupos de interesse continuam na defesa do clientelismo e do coronelismo, existentes há tanto tempo na região e difícil de ser extirpado dos costumes locais.

A questão agrária não é importante apenas à população rural, mas a todos de maneira conjunta. E mesmo com a mecanização e tecnologia de ponta, ainda precisaremos de espaço físico para produzir alimentos e energia ao ser humano e animais, além da mão-de-obra necessária. A reforma agrária é indispensável para que uma quantidade maior de pessoas possa viver de maneira digna e saudável. É verdade que o agronegócio traz divisas em moeda estrangeira aos países, com a exportação dos produtos. Este setor é importante ao crescimento das economias, que não são desenvolvidas e dependem da exportação de matérias-primas e produtos agropecuários. No entanto, isso está ocorrendo às custas da população rural pobre. Se estas tivessem um pedaço de terra para produzir, acompanhado por financiamento e conhecimento técnico (ou seja, uma ampla reforma agrária e não *apenas* distribuição de terra), os países poderiam reduzir a fome no campo, reduzir o êxodo rural, e permitir uma melhora na qualidade de vida de boa parte de sua população, levando em consideração que a quantidade da população rural nestes países é muito superior ao registrado pelos órgãos oficiais, conforme estudos demonstraram neste artigo. Dessa forma, milhões de pessoas que vivem no campo e se sustentam da economia agrária não são contabilizadas nas políticas públicas nacionais. Ou seja, não há nem

mesmo um planejamento que trate de aperfeiçoar políticas para esta camada marginalizada da população. Por vezes, políticas pontuais têm como alvo uma pequena parcela da população pobre do campo, insuficiente como política de Estado que deveria ter o caráter permanente e contínuo desta ação, e não depender deste ou daquele governo, com mudança de rumo a cada quatro anos de mandato.

Neste *paper*, discutimos a literatura internacional de *Estudos de Paz e Conflitos*, consolidada pelos grupos de Toronto, Bern-Zurique e Oslo, e que não dialoga com a bibliografia nacional brasileira (ou mesmo latino-americana) por não incluir a terra na discussão da associação entre recursos naturais e conflitos armados. Trouxemos indicadores que contribuíssem com a literatura internacional indicada, por meio da desigual distribuição da terra, da produção de alimentos vis-s-vis energia, e de aquisições de grandes extensões de terra por grupos capitalistas empoderados na região da América Latina no período democrático, enfatizando de um lado a maior representação de grupos até então discriminados, e de outro, a continuidade do controle da população rural por outros meios.

Mostramos que há muito mais pessoas que vivem no e do campo do que as estatísticas oficiais nacionais dão a entender, e que as políticas públicas atuais são deficitárias e insuficientes para os habitantes do campo, onde a concentração de terra cresce, agora em mãos do agronegócio em aliança com o sistema financeiro e elites locais. Ou seja, a situação de conflito entre os grupos poderosos e marginalizados apenas mudou de forma, porém, continua existindo com a mesma crueldade e subserviência. Apesar de contar com dados de difícil acesso sobre o tema nos diferentes países, buscamos dar uma ideia ao leitor e complementar com informações sobre acesso à terra de alguns países. Sabemos que ainda há muito que avançar no tema, não objetivando de forma alguma esgotar a discussão que é incipiente no país e na América Latina como um todo. Uma sugestão inicial seria fazer uma ponte entre a literatura da área de Geografia Agrária de países investigados com a discussão da literatura de Estudos de Paz e Conflitos. Ambas sairão enriquecidas e poderão avançar mais rapidamente para preencher a lacuna existente na atual conjuntura destas diferentes frentes de debate acadêmico, auxiliando a formulação de políticas públicas para a redução da violência no campo, com melhor distribuição de terra e possibilidade de sustento.

## Referências bibliográficas

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (2008). *Terra de quilombo, terras indígenas, 'babaçuais livre', 'castanhais do povo', faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas*. Manaus: PGSCA-UFAM, 2ª edição;

ALMEIDA, Paul D.; JOHNSTON, Hank (2006). "Neoliberal Globalization and Popular Movements in Latin America". IN: *Latin American Social Movements: Globalization, Democratization, and Transnational Networks*, JOHNSTON, Hank; ALMEIDA, Paul (eds.). Lanham, MD: Rowman and Littlefield, pp.3-18;

ALSTON, L.J.; LIBECAP, G.D.; MUELLER B. (1999) "A model of rural conflict: Violence and land reform policy in Brazil". *Environment and Development Economics*, n.4, Cambridge University Press, pp.135-60;

ANGRIST, Joshua D; KUGLER, Adriana D. (2008). "Rural windfall or a new resource curse? Coca, income, and civil conflict in Colombia". *The Review of Economics and Statistics*, 90(2), pp.191-215;

BALLVÉ, Teo (2012). "Everyday state formation: Territory, decentralization, and the narco land grab in Colombia". *Environment and Planning D: Society and Space*, 30(4), pp.603-622;

BARASH, David P.; WEBEL, Charles P. (2014). *Peace and Conflict Studies* (terceira edição). Califórnia, Estados Unidos: Sage Publications, pp.592;

BELLINGER JR., Paul T.; ARCE, Moisés (2011). "Protest and democracy in Latin America's market era". *Political Research Quarterly*, 64(3), pp.688-704;

BERKOWITZ, Leonard (1989). "Frustration-aggression hypothesis: Examination and reformulation". *Psychological Bulletin*, 106(1), pp.59-73;

BORRAS JR., Saturnino M; FRANCO, Jennifer C. (2012). "Global land grabbing and trajectories of agrarian change: A preliminary analysis". *Journal of Agrarian Change*, 12(1), pp.34-59;

BUHAUG, Halvard; LUJALA, Päivi (2005). "Accounting for scale: Measuring geography in quantitative studies of civil war". *Political Geography*, 24(4), pp.399-418;

CIESIN - Center for International Earth Science Information Network (2002). *Gridded Population of the World (GPW)*, Version 3. Palisades, NY: CIESIN, Columbia University. Acessado em 06/11/2014. <http://sedac.ciesin.columbia.edu/plue/gpw>;

CHAHERLI, Nabil; NASH, John (2013). *Agricultural exports from Latin America and the Caribbean: Harnessing trade to feed the world and promote development*. International Bank for Reconstruction and Development. Washington, DC: World Bank Press. Acessado em 19/01/2015.

[http://wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2014/06/06/000333037\\_20140606162047/Rendered/PDF/786130REVISED00icultural0export0web.pdf](http://wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2014/06/06/000333037_20140606162047/Rendered/PDF/786130REVISED00icultural0export0web.pdf)

CHOMITZ, Kenneth M.; BUYS, Piet; THOMAS, Timothy S (2005). Quantifying the urban-rural gradient in Latin America and the Caribbean. *World Bank Policy Research Working Paper*, 3634, pp.1-35;

CLAPP, Jennifer (2012). *Food*. Cambridge, UK: Polity Press;

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (1985-2012). *Conflitos no Campo Brasil*. Goiânia: CPT Nacional, relatório anual;

CROTTY, M. (1998). *The Foundations of Social Research*. St. Leonards, NSW: Allen & Unwin.

DE JANVRY, Alain; PLATTEAU, Jean-Phillippe; GORDILLO, Gustavo; SADOULET, Elisabeth (2001). "Access to land and land policy reforms", in de Janvry, Alain; Platteau, Jean-Phillippe; Gordillo, Gustavo; Sadoulet, Elisabeth (eds.). *Access to land, Rural Poverty, and Public Action*. Oxford, UK: Oxford University Press, pp.1-26;

DE JANVRY, Alain; SADOULET, Elisabeth; WOLFORD, Wendy (2001). "The changing role of the state in Latin American land reforms", in de Janvry, Alain; Platteau, Jean-Phillippe; Gordillo, Gustavo; Sadoulet, Elisabeth (eds.). *Access to land, Rural Poverty, and Public Action*. Oxford, UK: Oxford University Press, pp.279-303;

DE SOTO, Hernando (2000). *The Mystery of Capital: Why Capitalism Triumphs in the West and Fails Everywhere Else*. NY: Basic Books;

DELIGIANNIS, Tom (2012). "The evolution of environment-conflict research: Toward a livelihood framework". *Global Environmental Politics*, 12(1), pp.78-100;

DELVENNE, Pierre; VASEN, Federico; VARA, Ana Maria (2013). "'The soy-ization' of Argentina: The dynamics of the 'globalized' privatization regime in a peripheral context". *Technology in Society*, 35(2), pp.153-162;

EDELMAN, Marc (2013). "Messy hectares: questions about the epistemology of land grabbing data". *The Journal of Peasant Studies*, 40(3), pp.485-501;

FRANKEMA, Ewout (2010). "The colonial roots of land inequality: Geography, factor endowments, or institutions?". *Economic History Review*, 63(2), pp.418-451;

FRANKEMA, Ewout (2009). "The colonial origins of inequality: Exploring the causes and consequences of land distribution". IN: *Polity, Inequality, and Policy in Latin America*. Stephan KLASSEN, Stephan and NOWAK-LEHMANN, Felicitas (eds.). MA: Ces-ifo Seminar Series, 2009, pp.19-46;

FREEDOM HOUSE (2014). *Freedom in the World*. Acessado em 05/02/2014. <http://www.freedomhouse.org/report-types/freedom-world>;

GALEANO, Luís A. (2012). "Paraguay and the expansion of Brazilian and Argentinian agribusiness fronteirs". *Canadian Journal of Development Studies*, 33(4), pp.458-470;

GLEDITSCH, Nils Peter (1998). "Armed conflict and the environment: A critique of the literature". *Journal of Peace Research*, 35(3), pp.381-400;

GRAJALES, Jacobo (2011). "The rifle and the title: Paramilitary violence, land grab and land control in Colombia". *The Journal of Peasant Studies*, 38(4), pp.771-792;

HUMPHREYS, Macartan; WEINSTEIN, Jeremy M. (2008). "Who fights? The determinants of participation in civil war". *American Journal of Political Science*, 52(2), pp.436-455;

HUNTINGTON, Samuel. (1991), *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century*. Norman/London: University of Oklahoma Press, 1991;

KAHL, Colin H. (2006). *States, Scarcity, and Civil Strife in the Developing World*. Princeton: Princeton University Press, pp.354;

KOHL, Benjamin (2010). "Bolivia under Morales: A work in progress". *Latin American Perspectives*, issue 172, 37(3), pp.107-122;

KOUBI, V.; SPILKER, G.; BÖHMELT, T.; BERNAUER, T. (2013). "Do Natural Resources Matter for Interstate and Intrastate Armed Conflict?". *Journal of Peace Research*, 51(1), pp.1-17;

- LA VIA CAMPESINA (2014). *International Peasant's Movement*. Acessado em 07/01/2014. <http://viacampesina.org/en/index.php/organisation-mainmenu-44>;
- LE BILLON, Philippe (2001). "The Political Ecology of War: Natural Resources and Armed Conflicts". *Political Geography*, 20(5), pp. 561-584;
- LEGUIZAMÓN, Amalia (2013). "Modifying Argentina: GM soy and socio-environmental change". *Geoforum*, pp.1-12 Acessado em 19/12/2013. <http://dx.doi.org/10.1016/j.geoforum.2013.04.001>;
- LEVIEN, Michael (2013). "The land question: Special Economic Zones and the political economy of dispossession in India". *The Journal of Peasant Studies*, 39(3-4), pp.933-969;
- LICHBACH, Mark (1994). "What makes rational peasants revolutionary? Dilemma, paradox, and irony in peasant collective action". *World Politics*, 46(3), pp.383-418;
- MCCARTHY, James; WOLFORD, Wendy (2013). "Land, energy, water: From scarcity to security". *Final report for Oxfam America*, pp.1-52;
- McMichael, Philip (2013). "Rethinking 'land grab' ontology". *Rural Sociology*, 3, pp.1-22;
- MAGNUS, Theisen Ole; BRANDSEGG, Kristian Bjarnoe (2012). "Outside the state? Environmental crises, state neglect and communal conflict". *Manuscript presented at the International Studies Association (ISA)*, San Diego, pp.1-29;
- MAGNUS, Theisen Ole (2008). "Blood and soil? Resource scarcity and internal armed conflict revisited". *Journal of Peace Research*, 45(6), pp.801-818;
- MURMIS, Miguel; MURMIS, Maria R (2012). "Land concentration and foreign land ownership in Argentina in the context of global land grabbing". *Canadian Journal of Development Studies*, 33(4), pp.490-508;
- OYA, Carlos (2013). "Methodological reflections on 'land grab' databases and the 'land grab' literature 'rush'". *The Journal of Peasant Studies*, 40(3), pp.503-520;
- PÉREZ, Edelmira C. (2001). "Hacia una nueva visión de lo rural". In: GIARRACCA, Norma. (Org.). *Una Nueva Ruralidad en América Latina?* Buenos Aires: Asdi/Clacso, pp.17-30;
- RICHARDS, Peter D. (2011). "Soy, cotton, and the final Atlantic forest frontier". *The Professional Geographer*, 63(3), pp.343-363;

RULLI, Maria Cristina; SAVIORI, Antonio; D'ODORICO, Paolo (2013). "Global land and water grabbing". *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America (PNAS)*, 110(3), pp.892-897;

RUSSETT, Bruce; LAYNE, Christopher; SPIRO, David E.; DOYLE, Michael W. (1995). "The democratic peace". *International Security*, 19(4), pp.164-184;

SARKEES, Meredith Reid; WAYMAN, Frank (2010). *Resort to War: 1816 - 2007*. CQ Press;

SCOTT, James C. (1979). "Revolution in the Revolution". *Theory and Society*, 7(1-2), pp.97-134;

SCOTT, James C. (1976). *The Moral Economy of the Peasant: Rebellion and Subsistence in South-east Asia*. New Haven, CT: Yale University Press;

SCOONES, Ian; HALL, Ruth; BORRAS JR, Saturnino M; WHITE, Ben; WOLFORD, Wendy (2013). "The politics of evidence: methodologies for understanding the global land rush". *The Journal of Peasant Studies*, 40(3), pp.469-483;

SILI, Marcelo; SOUMOULOU, Luciana (2011). "The issue of land in Argentina: Conflicts and dynamics of use, holdings and concentration". *UN working paper*. Rome: IFAD Press, pp.1-13;

SIMMONS, Cynthia S.; WALKER, Robert T.; ARIMA, Eugenio Y.; ALDRICH, Stephen P.; CALDAS, Marcelo M. (2007). "The Amazon land war in the south of Pará". *Annals of the Association of American Geographers*, 97(3), 2007, pp. 567–592;

SIMMONS, Cynthia S. (2004). "The political economy of land conflict in the Eastern Brazilian Amazon". *Annals of the Association of American Geographers*, 94(1), 2007, pp. 183–206;

THE ECONOMIST (2012). "Impeachment, Paraguayan-style: Not a coup, but an erosion of democracy which should be condemned". *The Economist*. London: The economist newspaper limited. 30/06/2012;

THE ECONOMIST (2005). "Down on the farm". *The Economist*. London: The economist newspaper limited. 24/11/2005;

UPPSALA CONFLICT DATA PROGRAM (2013). Uppsala University, *UCDP*. Acessado em 19/11/2013. [www.ucdp.uu.se/database](http://www.ucdp.uu.se/database);

**ZIMERMAN, Arthur. *Terra e conflitos na América Latina redemocratizada.***

URIOSTE, Miguel (2012). "Concentration and 'foreignisation' of land in Bolivia". *Canadian Journal of Development Studies*, 33(4), pp.439-457;

VALDÍVIA, G. "Agrarian capitalism and struggles over hegemony in the Bolivian Lowlands". *Latin American Perspectives*, vol.37, July, 2010, pp.467-487;

VISSER, O.; BIDASECA, K. "Agrarian modernization, land conflicts, and peasant mobilization in Russia and Argentina". Mac Arthur Foundation: Laboratorium: Russian review of social research, 2(3), 2010, pp.296-304;

WILLIAMS, Paul D. (org.) (2012). *Security Studies: An Introduction*. New York: Routledge;

WORLD BANK (2015). *World Development Indicators*. Acessado em 17/01/2015. <http://data.worldbank.org>;

\_\_\_\_\_. (2002). *World Development Indicators*. Acessado em 05/12/2013. <http://econ.worldbank.org/external/default>;

WOLFORD, Wendy (2010). *This Land is Our Now: Social Mobilization and the Meanings of Land in Brazil*. Duke University Press, pp.281;

WRIGHT, Angus Lindsay; WOLFORD, Wendy (2003). *To Inherit the Earth: The Landless Movement and the Struggle for a New Brazil*. US: Food First Books;

ZIMERMAN, Artur (2016). "A piece of land or peace on the land: How much is a peasant's life worth in Brazil". *Journal of Human Security*, 12(1), pp.37-51;

\_\_\_\_\_. (2012). "Land kills: The Brazilian experience". *Population Review*, 51(2), pp.41-58;

\_\_\_\_\_. (2010). *Terra Manchada de Sangue: Conflitos Agrários e Mortes no campo no Brasil democrático*. Universidade de São Paulo: Editora Humanitas.